

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

7,5

A RELAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL COM O
GOVERNO MILITAR (1969 - 1974)

FRANCISCO CANINDÉ ALVES DA ROCHA

NATAL - RN

1999



FRANCISCO CANINDÉ ALVES DA ROCHA



**A RELAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL COM O
GOVERNO MILITAR (1969 - 1974)**

*Monografia apresentada à disciplina Pesquisa
Histórica II, ministrada pela Professora Denise
Mattos Monteiro, do Curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob
a orientação do Professor Wicliffe de Andrade
Costa.*

NATAL - RN

1999

Ao Sr. Alberto e Dona Zuleide, meus pais, e a outros tantos homens e mulheres que dedicam suas vidas aos filhos e ao próximo, sem nunca medirem os esforços e a grandeza dos seus atos.

A Selma, minha esposa, pelo amor que compartilhamos.

A Kátia, Kelly Júnior e Gabriel, pela união que nos move.

A Raimundo Nonato e Flávio Henrique, grandes amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aqui às muitas pessoas que comigo compartilharam o esforço de realizar este trabalho, em particular:

- Ao professor Wicliffe de Andrade Costa, meu orientador, que com tanta presteza e firmeza teórica fez observações e indicou caminhos sem os quais eu não teria conseguido levar a bom termo o presente estudo;
- À professora Aurinete pela revisão metodológica deste trabalho;
- Aos colegas de trabalho pela compreensão durante os dias que precisei ausentar-me para a conclusão deste trabalho;
- A todos os companheiros de sala de aula que juntos ultrapassamos todos os obstáculos comuns à carreira acadêmica nesse país.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	02
2. A INSTAURAÇÃO DO PODER MILITAR NO PÓS-64	05
2.1 - O GOLPE MILITAR NO BRASIL	05
2.2 - OS ARTIFÍCIOS DA MANUTENÇÃO DA ORDEM	08
2.3 - A IDEOLOGIA DO "MILAGRE"	09
2.4 - O MOVIMENTO GOLPISTA EM NATAL	10
2.5 - AS RESTRIÇÕES À LIBERDADE DEMOCRÁTICA	12
3. O PAPEL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL DIANTE DO PODER MILITAR	16
3.1 - A PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	16
3.2 - AS HOMENAGENS ÀS AUTORIDADES	18
3.3 - A INFLUÊNCIA MILITAR NA CÂMARA MUNICIPAL	20
3.4 - "BRASIL GRANDE". GRANDE, BRASIL !	22
3.5 - O "DESPERTAR" DA OPOSIÇÃO	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5. BIBLIOGRAFIA	28
5.1 - FONTES	28
5.2 - BIBLIOGRAFIA	29

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a Câmara Municipal de Natal durante o período militar, tendo como base algumas preocupações: Como as Câmaras Municipais se comportaram diante dos governos militares instalados no poder do Brasil a partir de 1964? Quais os projetos apresentados? Quais os debates ocorridos? Como eram as sessões parlamentares? Quem eram os componentes da Câmara? O que diferenciava parlamentares do MDB e da ARENA? Como se dava a relação com a prefeitura?

Para estudar o período em termos historiográficos utilizamos Tomas Skidmore, Sebastião Cruz e Carlos Estevam Martins,* que nos deu subsídios para uma leitura do período de instalação, consolidação e apogeu do regime arbitrário, através do golpe de Estado provocando a alteração do comportamento das pessoas e organismos públicos dos municípios e estados brasileiros. Sobre o Rio Grande do Norte e Natal, no período, os trabalhos de João Batista Machado e Mailde Pinto Galvão que apresentam a contextualização política do Estado, mostrando os conflitos e acordos partidários e respectivamente, como ocorreram as ações ditatoriais durante o regime de exceção do governo militar na capital.

Ao realizar a pesquisa bibliográfica, para subsidiar a elaboração da presente monografia, deparei-me com a ausência de estudos que ao menos fizessem referência à Câmara Municipal de Natal, fato este que obviamente dificultaria a realização desse trabalho. Mas o importuno não retirou-me o estímulo da realização dos meus estudos, uma vez que fiz - ocasionalmente - uma investigação documental no arquivo geral da própria Câmara Municipal, pesquisa esta que mostrou-me não existir nenhum cuidado daquela casa legislativa com a preservação da memória. O arquivo contém as atas amontoadas, sem critério de seleção, sem funcionário responsável pela catalogação de dados.

A Câmara Municipal, que até o início dos anos 1970 funcionava na praça André de Albuquerque, foi transferida para sua atual sede na rua Jundiá. Provavelmente, esta mudança fez com que muitas atas das sessões legislativas produzidas na antiga casa viessem a ter paradeiro desconhecido. Quanto às atas das sessões realizadas no atual endereço, é muito difícil dizer se estão completas. Na

* NÃO ESTÁ CITADO NA BIBLIOGRAFIA.

verdade a ausência de critérios seletivos impede que se encontre qualquer organização lógica no arquivamento das atas.

Contudo, uma análise histórica não pode se prender apenas as explicações estruturais do país. Precisamos conhecer melhor o funcionamento das nossas instituições locais nesse período de ditadura, para compreender melhor nossas especificidades. Motivado por esse sentimento de estudar o local, decidi trilhar o caminho da História Política e estudar a Câmara Municipal, na tentativa de compreender não só legislativo, mas também o cotidiano das pessoas.

Para limitar esse trabalho fiz a opção de estudar especificamente o período compreendido entre 1969 e 1974. A escolha desse período ocorreu levando-se em consideração os seguintes pontos:

(a) o período em destaque é considerado pela historiografia como o auge da ditadura militar brasileira. Nele se propagou o “Milagre econômico”, a forte ideologia da “Segurança Nacional”, o significativo aumento da repressão às liberdades democráticas, e as propagandas governamentais que enalteciam os valores da “revolução de 64”.

(b) em 1968, com a posse de Costa e Silva se consolidou a vitória da tendência, denominada por Cruz e Martins¹ como a “linha dura” no comando do regime militar. A partir desse período intensificaram-se as medidas repressivas. Entre as medidas “legais” tomadas destaca-se a Emenda Constitucional número 1, de 17 de outubro de 1969. Por essa lei foram aumentadas as possibilidades nas quais o Governo Federal poderia intervir nos municípios. Assim, 1969 é um ano de referência para um fechamento político ainda maior nas Câmaras Municipais.

(c) 1974 representou um grande avanço da oposição. No Rio Grande do Norte, especificamente, ocorreu a eleição para o senado de Agenor Maria, candidato praticamente desconhecido dos meios políticos, sem recursos financeiros, escolhido às pressas apenas para o MDB não deixar de concorrer às eleições. O candidato da ARENA era Djalma Marinho, genro de Dinarte Mariz que contava com todo o apoio do governo militar. Os debates na Câmara Municipal de Natal, naquela época, refletiram muito bem essa disputa.

(d) 1974 representa também o início da crise do “milagre” e, conseqüentemente, aparecem os primeiros sinais de enfraquecimento do poder militar. Tal fato interferirá

nos trabalhos legislativos na medida em que possibilitará os primeiros sinais de oposição de forma mais consistente.

A questão central que este trabalho se propõe a responder pode ser assim formulada: **Qual a importância da Câmara Municipal de Natal para o governo militar durante o período de 1969 a 1974?**

Durante a realização deste trabalho foram utilizadas fontes ~~secundárias~~, ou seja, análise documental. E para o tratamento dessas fontes priorizamos: A) A revisão bibliográfica com base no referencial teórico, estabelecendo, uma análise dos dados coletados em campo. B) Consulta documental do período nas seguintes fontes: Lei Orgânica dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (edição com atualização do texto original, somente localizada na biblioteca da Procuradoria da Prefeitura Municipal de Natal); Jornais locais de época encontrados no arquivo central do SEDOC - Setor de Documentação do Diário de Natal; as atas e discursos das reuniões legislativas da Câmara Municipal de Natal, como também alguns Projetos de Lei elaborados e aprovados por vereadores desta Câmara Municipal.

O fato de a Câmara Municipal expressar diferentes posturas políticas existentes me estimulou a escolhê-la como objeto de trabalho. Nada melhor do que conhecer esses debates para vislumbrar a atuação política de uma determinada época. Um estudo nesta casa legislativa representa, sempre, a possibilidade de encontrar informações que as análises com base no conhecimento científico não conseguiram detectar.

Se antes da investigação prévia meu interesse em estudar a Câmara Municipal de Natal já era forte, hoje percebo a importância ainda maior de estudar essa instituição em função da necessidade de preservar a memória da cidade. Ao realizar este trabalho pretendo contribuir na reconstituição da memória.

¹ CRUZ, Sebastião C. Velasco e ; MARTINS, Carlos Estevam. Sociedade e política no Brasil, p. 13-36

2 - A INSTAURAÇÃO DO PODER MILITAR NO PÓS-64

2.1 O GOLPE MILITAR NO BRASIL.

A historiografia brasileira apresenta diversas versões sobre a tomada do poder, relativo ao período compreendido como "Ditadura militar".

Temos versões alegando que a ação dos militares - insatisfeitos em meio a crise econômica vivida no Brasil, sob a gestão do então presidente João Goulart - se deu em função do descrédito do governo às questões de anseios da própria categoria militar, além da postura política apresentada por Goulart a qual demonstrava tendência a um regime de cunho socialista.² Ocorre que desta vez, a ação militar se deu num processo político criado com um forte propósito capaz de não devolver, por um longo tempo, o poder aos civis.

A conspiração que levava as diversas correntes militares aos mesmos interesses objetivava "frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares" como também "restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais".³ Essas razões do movimento remontam a 1963, ano em que se propagou a idéia de que extinguir-se-iam os valores e as instituições tradicionais do país. Nesse momento, nos quartéis de todos os estados brasileiros circulou um memorando contendo as idéias socialistas propostas por Goulart, além de relatos que provavelmente enfraqueceriam as instituições militares; Este comunicado aguçou as forças armadas, no sentido de obstruir as ações do governo e conseqüentemente promover a deposição do Presidente da República. Alguns grupos militares aderiram de imediato à revolução, como os do general Castelo Branco, coordenador da conspiração anticomunista; e outros, no decorrer das negociações políticas, como os do comando do general Amaury Kruel, que retirou seu apoio ao governo em razão do não rompimento de Goulart com o Comando Geral do Trabalhadores - CGT. Neste sentido, os militares acreditavam que a forma ideal para reintegração do país seria o afastamento do

² SKIDMORE, Thomas. Brasil de Castelo a Tancredo. p.21-22

³ Ibidem p.45

presidente da República e a instauração de um novo poder capaz de levar o Brasil ao crescimento através da disciplina e da ordem.

Com a posse de Castelo Branco, inicia-se no Brasil o mais longo período de governo militar, que vai durar por quase duas décadas, com gestões sucessivas dos generais Costa e Silva, Gastarrazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Durante o primeiro governo militar, a ordem da casa era a de transformar o Brasil num país de democracia capitalista estável, tendo por base a adoção de Atos Institucionais (o AI-2 por exemplo, tinha o propósito de tornar mais difícil qualquer vitória eleitoral da oposição).

A vitória da coalizão político-militar que, subvertendo a ordem vigente, instituiu, em 1964, o regime de arbítrio no Brasil, ocasionou modificações profundas no sistema político brasileiro, com repercussões evidentes nos municípios. Uma consequência imediata da instalação de tal regime foi o exacerbamento do poder executivo sobre os demais.

Os militares, comandantes do executivo, adotaram os Atos Institucionais (AI) como um dos mecanismos de repressão para intimidar as expressões legais de protesto realizadas em oposição ao regime. O AI2 e AI5, especificamente, atingiram fortemente o poder legislativo na medida em que limitavam a vida política do país ao bipartidarismo e possibilitavam a cassação arbitrária de políticos que criticassem as atitudes do poder.

No que diz respeito ao município, embora a estrutura básica tenha permanecido a mesma, grandes modificações foram introduzidas restringindo a autonomia municipal. Tornaram-se comuns as intervenções no poder municipal. A emenda constitucional de 17 de outubro de 1969 aumentou essa tendência centralizadora. A probabilidade de intervenção nos municípios ficou ainda maior.

Na verdade o governo militar esforçou-se em fazer com que as ações municipais se enquadrassem dentro dos objetivos nacionais; era a busca de eliminação das políticas locais em função de um projeto nacional coordenado por militares, nacionalistas de direita e empresários.

A estratégia dos governos militares adotada para os municípios combinava excessiva uniformidade e descaso pela implementação de políticas e programas locais. Nesse sentido, não era dado ênfase ao problema da adequação, acompanhamento e assistência técnica ao governo local. O governo criava um poder central sem respeitar

as localidades.

Esta visão, no entanto, apresenta o golpe militar como uma coisa única, hegemônica, sendo os militares apontados como principais responsáveis pelo movimento que iniciou em março de 1964 e que conduziu o País para um regime ditatorial e repressivo.

Por outra versão historiográfica, Carlos Estevam e Sebastião C. Velasco Cruz mostram que o golpe militar representou um movimento político articulado por diversas facções das classes dominantes: os sorbonistas, os nacionalistas de direita, os burocratas e a linha dura. Estas facções unidas formaram um bloco de poder e mantiveram um acordo político que resultou no movimento de 1964.

A vitória desta coalizão representou uma mudança profunda no sistema político brasileiro, caracterizando-se inicialmente pelas medidas severas, voltadas ao autoritarismo, porém, com o ideal de promover através da integração institucional, um modelo de civilização realizado pelos países centrais do sistema capitalista. Neste sentido Castelo Branco executava um plano político, posto em prática através da legislação por decretos, fechando as portas ao modelo liberal-democrático anterior. Instalado pela força, o líder dos sorbonistas, Castelo Branco, atuando pelo poder constituinte das insurreições armadas, durante seu novo mandato, editou um Ato Institucional que suspendia as garantias de inamovibilidade e estabilidade no emprego público (Art. 7) e outorgava ao presidente da República a faculdade de revogar mandatos eleitorais e cassar direitos políticos pelo prazo de dez anos (Art. 10). Foi ainda empreendida uma série de reformas, algumas delas corrigiam as distorções que marginalizavam os integrantes da União Democrática Nacional - UDN e seus aliados durante os regimes de 45 a 64, no quais foram suprimidas suas atuações políticas através da estrutura enviesada dos partidos Social Democrata - PSD, Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido Socialista Popular - PSP. Uma das reformas mais significativas, a da administração pública, visava a eficiência da organização e da metodologia de trabalho da máquina burocrática, racionalizando assim, os recursos do tesouro e dos empregos públicos que o Estado cartorial franqueava aos dirigentes do PSD e do PSP.

A Reforma Agrária também ganhou destaque neste plano reformista, sendo suas propostas a de eliminar os proprietários incapazes de modernizar seus estabelecimentos, como também fazer competir com as médias e grandes unidades capitalistas a

emergente pequena-burguesia rural que receberia o apoio do governo para atuar de forma autônoma.

2.2 - OS ARTIFÍCIOS DA MANUTENÇÃO DA ORDEM

A partir de 1968, consolidou-se a vitória da "linha dura".⁴ A gestão do General Costa e Silva no Governo Central acentuou ainda mais o regime autoritário no país, cujo objetivo era domesticar vários setores da sociedade, além de eliminar qualquer tentativa de oposição ao plano político-militar, mantendo neste sentido, uma administração nacional de controle absoluto. Esse controle só foi possível com a imposição do Ato Institucional nº 5, instrumento pelo qual se abolia, por prazo indeterminado, os limites constitucionais antepostos à ação governamental, alimentando ainda mais os poderes do presidente, ficando este autorizado a decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas; decretar intervenções em estados e municípios; cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão; remover aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos; decretar o estado de sítio e fixar seu prazo de duração; decretar o confisco de bens; suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e de associação e estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas.

Com o aumento significativo da repressão, a luta oposicionista reduziu-se consideravelmente e, à medida em que aumentava a violência - em função da extensão dos focos guerrilheiros, do seqüestro de diplomatas, dos assaltos a bancos e de confrontos com as guarnições militares, introduziam-se novos instrumentos repressivos que aumentava o conjunto de poderes autocráticos do governo militar.

Essas reformas traziam consigo propostas e ajustes, cujos benefícios estariam voltados aos interesses exclusivos da coalizão, endossando ainda mais, a tônica de um golpe promovido por diversas facções das classes dominantes.

⁴ Facção militar liderada pelo General Costa e Silva durante o período ditatorial pós - 64 no Brasil, caracterizado pelo uso da repressão e expurgos às forças de oposição ao regime instituído.

2.3 - A IDEOLOGIA DO "MILAGRE"

Do ano de 1969 a 1974, o governo Médici obteve um elevado grau de satisfação da população brasileira, ainda sob os reflexos do golpe e das medidas adotadas por seus antecessores, que possibilitaram a atuação do governo de forma branda, sem a resistência da população, atingindo toda a estrutura política do país. De todas as formas o governo procurava explorar ao máximo a idéia de um país forte, dinâmico, seguro e em paz consigo mesmo, apoiado à forte propaganda - difundida pela AERP Assessoria Especial de Relações Públicas - de um "Brasil Grande" que andava no caminho certo para o progresso.

*Com o aumento da repressão, as massas não aderiram à sublevação armada. Em lugar de corpos aos arroubos do subjetivismo revolucionário, a população se amedrontou e se afastou da vida pública. Com o "Milagre Econômico" correndo em paralelo às atividades revolucionárias, o presidente Médici chegou a alcançar elevado índice de popularidade e o partido do governo - a reacionária e fisiológica ARENA - saiu-se soberbamente vitorioso nas eleições gerais de 1970.*⁵

Nesse momento, levou-se em conta, tão somente, o efeito ideológico das políticas sociais; projetos como o PROTERRA, o PRORURAL, o FUNRURAL e o PASEP difundiam-se por todo o país com o intuito de legitimar as ações políticas de cunho social do governo.

A forte ideologia de "Segurança Nacional"⁶ também atinge seu grau maior de intensidade a partir de 1969. Já em setembro deste, a Junta Militar baixou os Atos Institucionais 13 e 14. O primeiro autorizava o banimento de qualquer cidadão brasileiro considerado nocivo à segurança nacional; o segundo introduzia a morte. No mês seguinte, o AI-17 facultava a transferência para a reserva de quem viessem a atentar contra a coesão das forças armadas. Sob a forma do Decreto-Lei 898, esta nova Lei de Segurança Nacional (já que o primeiro, o Decreto-Lei 314, foi

⁵ CRUZ, Sebastião C. Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam. Op. cit. p.39.

⁶ A expressão "Segurança Nacional" compreende neste trabalho um arcabouço de medidas instituídas pelo regime militar que procurava exibir, sobretudo para efeito de consumo interno, a propaganda de um país forte, dinâmico e de paz reinante, e paralelamente, de forma persuasiva transmitia para o exterior a imagem de crescimento econômico no Brasil. CRUZ, Sebastião C. Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam. Op. cit. p.41-42.

promulgado em março de 1967) estabeleceu-se com objetivo de combater a luta armada: os seqüestros, assassinatos políticos, assaltos a instituições financeiras e os atos de terrorismo em geral, além do aumento às pressões das penas privativas da liberdade.

Para ilustrar o período de 1969 a 1974, no qual o governo investiu pesado - através de sua máquina publicitária, a AERP - em propagandas que enalteciam a "Revolução de 64", verificamos como se posicionava o então presidente da Câmara Municipal de Natal, o Sr. José Pinto Freire, em oratória aos parlamentares e em especial ao governador do estado de São Paulo, o Sr. Abreu Sodré: *



(...) A obra administrativa que vem realizando V. Excelência dignifica a revolução de março de 1964 (...) podendo ser apontada como paradigma aos que têm (...) e desejam um Brasil grande, forte e moralmente invulnerável (...) ⁷

A presença do governador Abreu Sodré em Natal para inauguração do Banco do Estado de São Paulo, implantado no centro desta capital, traz também um reforço aos ideais do partido situacionista do Estado, causando ao mesmo tempo um efeito moralizador à Revolução de 1964. O fato da presença do Presidente Médici nesta cidade em dias anteriores demonstra o interesse desses governantes em estender uma política centralizadora calcada na eliminação de possível conflitos sociais que viessem a emergir em razão das lutas armadas que ocorriam em todo o país. Em ambas^{as} visitas, a Câmara Municipal de Natal prontificou-se à recepção das ilustres autoridades, situação esta que reflete a importância do poder municipal na participação do projeto do governo militar. Restava apenas a difusão dessas idéias para a população local, por intermédio dos representantes do povo em seu município.

2.4 - O MOVIMENTO GOLPISTA EM NATAL

Em 1964 o Rio Grande do Norte encontrava-se politicamente dividido entre as forças conservadoras e rivais do Senador Dinarte Mariz e do Governador Aluizio Alves.

Surgia como terceira força o prefeito Djalma Maranhão, ex-militante comunista, que governou Natal de 1960 até a interdição militar em 1964. Como político da

⁷ Discurso do vereador Antônio Félix em sessão solene. Câmara Municipal de Natal, Ata de 06.09.1970

esquerda nacionalista, denunciava incessantemente a interferência do imperialismo americano na vida nacional. Sua rápida passagem pela prefeitura deixou, no entanto, uma marca, pela atenção que concedeu à população mais pobre da cidade. Por isso, ficou conhecido como "prefeito do subúrbio". Sua administração priorizava os programas de alfabetização e de conscientização político-cultural, executados através da campanha "De Pé no Chão também se aprende a Ler"⁸ e da Diretoria de Documentação e Cultura do município de Natal.

Sendo apoiados pela "Cruzada da Esperança", coligação partidária composta pelos Partido Social Democrata - PSD; Partido Trabalhista Brasileiro - PTB; Partido Democrata Cristão - PDC; Partido Trabalhista Nacional - PTN e uma dissidência da União Democrática Nacional - UDN, Aluizio Alves e Djalma Maranhão foram eleitos Governador e Prefeito em mil, novecentos e sessenta, derrotando o candidato do então governador Dinarte de Medeiros Mariz, o deputado federal Djalma Aranha Marinho.

Aluizio Alves possuía a seu favor a força popular e por seu prestígio nacional⁹ administrou calcado nos recursos financeiros provenientes do programa americano para América Latina, a Aliança para o Progresso.

A Prefeitura Municipal de Natal atravessava um momento de bastante dificuldade econômica; a campanha de erradicação ao analfabetismo no município, oferecido às crianças carentes de Natal era mantido por recursos próprios, enquanto o governo do Estado usava dólares americanos em seus programas de educação.

Por apresentarem comportamentos distintos em suas administrações, Aluizio Alves com seu apoio ao movimento revolucionário e Djalma Maranhão com sua política nacionalista e anti-imperialista, intensificaram suas divergências partidárias, tornando perceptível as suas opostas relações políticas durante a deflagração do golpe.

Diante deste quadro político ocorreu o Golpe Militar em Natal.¹⁰ A capital noroeste-grandense, com cerca de duzentos mil habitantes, foi ocupada em primeiro de abril de 1964, por tropas do exército brasileiro que se instalaram através da força, perseguição, prisão, exílio e morte de cidadãos natalenses.

⁸ Campanha que nos anos sessenta ficou conhecida nacionalmente, cujo objetivo era criar, em curto espaço de tempo, escola para toda a população em idade escolar que estava fora dela. Ver ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. Políticas e poder. p. 142.

⁹ O Governador Aluizio Alves desfrutava durante o governo Kennedy, de influências que lhes rendeu o direito a recursos extras. Ver GALVÃO, Mailde Pinto. 1964 - Ibidem. p. 2-3.

¹⁰ GALVÃO, Mailde Pinto. 1964 - Ibidem. p.01-08.

Logo quando estourou a revolução de março de 1964, o prefeito Djalma Maranhão assumiu a defesa da democracia, afirmando seu apoio ao Presidente João Goulart e disponibilizando a Prefeitura do Natal para servir como "Quartel-General da legalidade e da resistência"; fato este comunicado ao Comando Militar local que julgou a questão como uma ameaça de mobilização para resistência popular.

O Governador atento à gravidade da crise que surgia entre os golpistas militares e o governo municipal, optou em apoiar ao golpe e juntamente com os militares assumiu o poder da ditadura no Estado.

2.5 - AS RESTRIÇÕES À LIBERDADE DEMOCRÁTICA

Atuando paralelamente às forças militares, o Governador teve em seu benefício os Atos Institucionais que traziam as leis de exceção, obtendo com isso, o direito de realizar investigações e prisões. Estas já estavam sendo aplicadas aos cidadãos considerados nocivos a ordem instituída; tendo à frente da Comissão Geral de Investigações no Rio Grande do Norte o major do Exército Heider Nogueira Mendes. Surgiram ainda novas comissões de investigação criadas pelo governador Aluizio Alves, além de outras implantadas em cada repartição pública federal, estadual e municipal, formando assim, a maior rede de investigação policial militar do Estado.

Com efeito, a Comissão de Investigação formada pelo Governador Aluizio Alves foi composta por policiais especializados, treinados pelo FBI nos Estados Unidos, sendo, portanto, considerada uma comissão de alto nível. A mesma foi responsável pela perseguição e prisão de pessoas importantes do Estado, como a titular da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal de Natal, a senhora Mailde Ferreira Pinto e a senhora Maria Diva da Salette Lucena, que havia ocupado a Diretoria do Centro de Formação de Professores.

Foram presos ainda, em seu ambiente de trabalho, o Prefeito Djalma Maranhão e o vice-prefeito Luís Gonzaga dos Santos, que foram escoltados por oficiais do Exército até o Quartel-General que funcionava na praça André de Albuquerque, e em seguida levados ao 16º Regimento de Infantaria de Natal. Além destas, ocorreram outras prisões, não isentando qualquer pessoa considerada subversiva e provocando um clima de tensão na cidade, amedrontando gente indefesa em suas residências, que eram invadidas pelos soldados do exército fortemente armados com fuzis e metralhadoras,

numa verdadeira revista e apreensão de livros que imaginavam haver indícios de idéias comunistas. Qualquer exemplar de cor vermelha era logo recolhido para investigações nos Quartéis.

O discurso da oposição parece extremamente conservador. A idéia de comunismo é expressa como um grande mal e mais que isso um vereador da oposição estimula a censura dos militares sobre a imprensa. O depoimento do vereador José Martins mostra um pouco dessa situação, diz a ata:

Refere-se a notícia publicada no Diário de Natal, na coluna política de responsabilidade do jornalista Lacerda Bezerra que pegou de surpresa os componentes do MDB, em especial os vereadores com assento nesta casa e que pertenciam a antiga cruzada da esperança. Diz que a nota tem o interesse e objetivo de incompatibilizar os políticos com certos setores, afirmando que o partido criara um certo slogan: "chegou a hora da vingança". Afirma à casa que jamais e em tempo algum ninguém do MDB tratou de algum slogan para a sua campanha. Diz que o jornalista é um comunista na expressão da palavra, com pele de cordeiro, mas com alma de lobo. Alegou ainda que o jornalista Leonardo Bezerra, quando presidente do sindicato dos jornalistas, brindou vinho dizendo ser sangue dos gorilas, para depois se acobertar no mato da revolução, levantando calúnia, cometendo intrigas. Acha bom que a notícia se propague e que as forças armadas tomem as medidas necessárias fazendo saber de onde partem as provocações.¹¹

Com a instituição do sistema bipartidário no Brasil, o partido governista, ARENA, teve de imediato a adesão de Aluizio Alves e Dinarte Mariz em razão de suas estreitas relações com os militares. O partido situacionista conseguiu vitória expressiva nas eleições de 1966. Elegeu 277 deputados federais e 47 senadores, atingindo mais de cinquenta por cento dos eleitos pelo MDB. Porém, mesmo diante da vitória da ARENA, a oposição ao governo cresceu e o partido situacionista sofreu disputas internas, afastando politicamente os aluizistas dos dinartistas. Aluizio Alves pleiteava a sua candidatura ao Senado pela ARENA e contava com o apoio do presidente Castelo Branco. Entretanto teve seu caminho obstruído por Dinarte Mariz, que desfrutava de

¹¹ Ata da sessão de 22 de julho de 1970

influência junto ao general Costa e Silva; que mais tarde, durante seu mandato levou à cassação Aluizio Alves e Erivan França em 07 de fevereiro de 1969.¹²

Ao abrigar as tropas do Exército brasileiro em 1964, Natal tornou-se durante todo o regime autoritário uma cidade sem democracia. O movimento golpista com seu aparato militar exagerado amedrontou famílias que sofreram constantes invasões em suas residências, aos mesmo tempo em que ocorreram expurgos aos políticos simpatizantes do regime socialista. Sem a soberania, o município de Natal foi submetido aos rigores e imposições do Comando Geral do Exército.

Sem expressar qualquer apoio aos que não aderiram ao projeto militar que se instalou, os vereadores da Câmara Municipal de Natal, demonstraram através das manifestações registradas em atas durante as sessões de rotina do período, o comprometimento e o endosso a qualquer tipo de ação desenvolvida pelo comando militar, tendo em vista, o predomínio da bancada no partido do governo.

No Rio Grande do Norte as ações sociais tornaram-se pontos de pautas nos discursos políticos dos parlamentares arenistas. A seca que afetou o Rio Grande do Norte parece ser o grande problema apresentado nos debates. Apesar dessa constatação os vereadores não criticavam as opções do governo e preferiam ficar nos pedidos de melhorias para campo. Em sessão solene na Câmara Municipal de Natal, o vereador Antônio Félix da Silva formulou seu apelo ao ministro da agricultura Cirne Lima, ao presidente da SUDENE o Gal. Tácito de Oliveira e ao futuro governador do Estado, Dr. José Cortez Pereira:

Encarecendo empenho dessas autoridades junto ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Instituto Brasileiro, digo, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e demais órgãos vinculados aqueles ministérios, a fim de que intensifiquem suas atividades no Rio Grande do Norte, com o objetivo de promoverem a função social das grandes propriedades rurais...¹³

¹² TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte. p.28

¹³ Discurso do vereador Antônio Félix constante em ata da sessão de 06/04/1970, da Câmara Municipal de Natal.

Desta forma tornou-se visível a influência do regime militar nas ações municipais desenvolvidas a partir de projetos aprovados pela Câmara Municipal de Natal. Estes foram se enquadrando aos objetivos do governo central, dando seqüência, portanto, ao projeto nacional coordenado pela coalizão .

3 - O PAPEL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL DIANTE DO PODER MILITAR

3.1 - A paralisação das atividades

Regimentada constitucionalmente pelo Poder Legislativo, as câmaras municipais no Brasil exercem suas atividades amparadas por uma Lei Orgânica municipal e são auxiliadas geralmente por um Regimento Interno aprovado pela própria bancada de vereadores, para, com isso, haver uma uniformidade na condução dos trabalhos realizados a cada gestão parlamentar.

Na Lei Orgânica dos Municípios do Rio Grande do Norte de nº 3.846 de 07 de agosto de 1970 em seu Artigo 5º do Capítulo I, consta que o governo municipal é exercido pela Câmara e pelo prefeito, órgãos independentes e harmônicos entre si. Consta ainda no Artigo 8º do Capítulo II as atribuições e competência para as Câmaras Municipais. Tais dispositivos legislativos constituem-se instrumentos que deveriam direcionar as ações do poder municipal sobre as organizações locais e a sociedade em seu município.

A posição e o papel das câmaras municipais no Brasil têm-se modificado muito e principalmente nos períodos dos regimes de exceção. Em alguns momentos da história brasileira deixaram de funcionar. No Estado Novo de 1937 a 1945,¹⁴ e durante algumas ocasiões no decorrer do regime militar que iniciou em 1964, as assembleias legislativas e o Congresso Nacional foram postos em recesso em todo o país, sendo que uma ou outra câmara municipal tiveram seus trabalhos interrompidos por algum espaço de tempo. A Câmara Municipal de Natal não teve suas atividades totalmente paralisadas. Os registros das reuniões legislativas ocorridas durante os anos de 1970 a 1974 atestam o funcionamento dessa casa parlamentar. Por outro lado, as atas das sessões dos vereadores referente ao ano de 1969 têm seu paradeiro desconhecido, não havendo, portanto, a confirmação da existência das atividades na Câmara Municipal de Natal nesse ano.

No entanto, a matéria divulgada pela imprensa local em 30 de março de 1969, revela o funcionamento da Câmara Municipal de Natal neste período:

¹⁴ MELLO, Diogo Lordello dc. O papel do vereador e a câmara municipal. p.01

A partir do dia 1º, estarão funcionando em período ordinário as Câmaras Municipais de nosso Estado. Em algumas - na maioria - os assuntos com certeza não terão chance de superar as fronteiras físicas dos seus municípios.¹⁵

Não parecia ser de interesse das autoridades militares, nem dos grupos dominantes do poder local, que ocorresse a total paralisação das atividades políticas da Câmara Municipal de Natal. Naquele momento a Câmara representava o organismo receptor das idéias articuladas pelo Governo Militar central. Era importante que a população da capital norte-rio-grandense permanecesse pacífica e que expressasse seu apoio ao plano político-militar.

Tendo em vista a edição do AI-5, as ações do governo federal minimizaram as atividades das câmaras municipais, ficando a de Natal sujeita às diretrizes do comando militar nacional, sendo facilmente conduzida por estes grupos em razão da maioria da bancada do parlamento municipal ser aliada ao partido da ARENA.

A autonomia[?] do Comando militar propiciou as ações que interferiram na administração da política local, quando ocorreu o *Impeachment* do prefeito Djalma Maranhão e do vice-prefeito Luís Gonzaga dos Santos, e conseqüentemente a nomeação de novas lideranças municipais. Este fato evidenciou a real adequação da política local às pretensões da política nacional.

O município de Natal, após a declaração do *Impeachment* em 03 de abril, teve interinamente, à frente de sua administração o vereador Raimundo Elpidio que assumiu o cargo até o dia 06 de abril, quando homologou-se a nomeação do almirante Tertius Cesar →

Pires de Lima Rebelo para prefeito e Raimundo Elpidio para vice-prefeito.

A posse dos eleitos verificou-se às onze horas quarenta e cinco minutos, no plenário da Câmara Municipal de Natal. O prefeito Tertius Rebelo assumirá hoje o exercício do cargo, em solenidade no Palácio Felipe Camarão, prevista para as 17 horas.¹⁶

*Qual a
base dessa
afirmativa?
do Impeachment?*

¹⁵ O Poti - 30/03/1969.

¹⁶ GALVÃO, Malde Pinto. 1964. Op.cit. p.33-35.

3.2 - As homenagens às autoridades

Durante o primeiro quartel da década de 1970, a Câmara Municipal de Natal realizou inúmeras sessões legislativas que tinham como propósitos as homenagens e agradecimentos às autoridades militares, retratadas como figuras que contribuíram para o desenvolvimento da população brasileira.

Em várias dessas sessões, pretendia-se também "agradar" os militares que estavam no poder. O pensamento patriótico se fez presente nos discursos dos vereadores, expressando assim o que entendiam por sentimento de brasilidade.

(...) estamos vivendo a semana do civismo. (...) desde já se começa a sentir e comungar os sentimentos mais puros e elevados de brasilidade (...) as honras maiores, como todos sabem, dirigem-se ao patrono do exército brasileiro, Luiz Alves de Lima e Silva - Duque de Caxias (...) o nosso grande herói (...) nas missões que lhe eram confiadas. Na Revolução da Farrroupilha (...) Balaiada (...) Revolução de São Paulo e Minas (...) Guerra do Paraguai (...) o que torna Caxias uma figura impressionante (grifos meus).¹⁷

Em diversas reuniões legislativas na Câmara Municipal de Natal, as sessões eram destinadas somente para venerar personagens tradicionalmente conhecidos na História do Brasil como heróis nacionais. Esse tipo de manifestação, mantida por pessoas que estão diretamente em contato com as massas populares, chamou a atenção ao que poderia representar uma tentativa de controle político-ideológico; já que no auge do período militar, a atuação do Estado na área da educação seguia a ideologia de segurança nacional, baseada na defesa do anticomunismo.¹⁸ Como em momentos passados que consagraram os "Mártires" na história brasileira, as pessoas passariam a absorver em suas mentes a necessidade de um líder, alguém que espelhasse bravura e espírito pátrio. O poder militar demonstraria esse perfil.

¹⁷ Discurso do vereador José Pinto Freire constante em ata de 18 de agosto de 1970, da Câmara Municipal de Natal.

¹⁸ Cf ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. Educação para os pobres: uma prioridade da ditadura militar em crise ? p. 75



Ao evocar a figura de Caxias, é mister que frisemos existirem muitas outras nas nossas forças armadas, que nos encheram de glórias e a que devemos não apenas a garantia de nossa soberania, como, e principalmente a segurança interna que, na década de 1960, assumiu gravidade que todos conhecemos muito bem, pois datam dos nossos dias. Com efeito, não podemos deixar de realçar aqui, o grande e inesquecível papel desempenhado pelo exército brasileiro, com o apoio das demais armas no sentido de restabelecer a paz interna e assegurar a manutenção do regime democrático que quase havia desaparecido, mercê do comprometimento das autoridades dirigentes, com doutrinas vermelhas que já constituíam uma ameaça para a família e a tradição brasileira. (grifos nossos) ¹⁹

As atividades prestadas por militares em Natal do golpe de 1964 ao período de ditadura na capital do Rio Grande do Norte foram lembradas durante sessão solene realizada exclusivamente em homenagem ao Comandante da 7ª Infantaria e Destacamento do Exército, o General Carlos de Meira Matos. Este foi ideólogo da "Revolução de 31 de março", sendo considerado como um dos mentores do movimento, em razão de sua cultura e intelectualidade. Recebeu do presidente Castelo Branco a missão de depor o governador Mauro Borges, de Goiás. Logrando êxito, foi nomeado interventor daquele Estado até a nova eleição. No governo do presidente Médici, foi destacado para o Comando Militar de Natal, dando prosseguimento ao regime ora instaurado.

Em uma de suas passagens pela Câmara Municipal de Natal, registrou-se a saudação dos parlamentares ao ilustre General, conforme foram as palavras do vereador da ARENA Armando Viana.:

(...) A esse militar que tão bem representou o eminente Presidente Emílio Gastarrazu Médici e a tão gloriosa Revolução de 31 de março (...) outorgamos hoje o título de Cidadão Natalense (...) pelo que sua excelência fez pela cidade do Natal (...)²⁰

Seguindo o pronunciamento do vereador Armando Viana, o então Prefeito de Natal, o Sr. Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, endossou a homenagem ao general, aprovou o ato e fez a entrega do referido título.

¹⁹ Discurso do vereador José Pinto Freire constante na ata da sessão de 18 de agosto de 1970

²⁰ Discurso do vereador Armando Viana constante em ata de 25.04.1972, da Câmara Municipal de Natal.

Outra solenidade foi aberta exclusivamente para outorgar o título de Cidadão Natalense ao Doutor *William B. Walsh*, fundador-presidente do Projeto *Hope*.

O Navio-hospital, trazendo sua equipe de médicos e oficiais norte-americanos, ancorou no Porto de Natal em missão internacional. Havia grande expectativa da chegada do Navio por parte dos parlamentares. A elaboração prévia de um exaustivo discurso de honraria ao homenageado demonstrou a importância concebida pela bancada parlamentar à passagem do hospital flutuante nessa capital.

O vereador Samuel Fernandes representando toda a bancada, declarou a admiração às ações do governo dos Estados Unidos, e na oportunidade alegou injusta a imagem deturpada das intenções do comando norte-americano, durante o confronto ocorrido na Guerra do Vietnã. Chamando a atenção para uma possível revisão a qualquer conceito negativo em relação à comunidade norte-americana, uma vez que, só pelo fato da atuação da equipe do Navio *Hope*, tentando salvar vidas por todos os continentes, já revelou a contribuição daquela nação para o bem-estar dos povos, formando assim o grande princípio humanitário da democracia americana.

*(...) O Hope é um marco de boa vontade e compreensão internacional de um povo que nos dá bem, a medida do prazer de servir (...) é esperança de milhares de pessoas nos quatro cantos do mundo (...) é salvamento, é ensino, é adestramento (...)*²¹

3.3 - A influência militar na Câmara Municipal.

Pelo Artigo 10 da Lei Orgânica dos municípios vigente em 1970, compete à Câmara Municipal legislar com a sanção do prefeito em matéria de votar o orçamento e a abertura de créditos suplementares e especiais, bem como os créditos extraordinários abertos por decretos; dispor sobre tributos municipais; autorizar a concessão de uso de bens municipais e alienação destes, quando imóveis; criar, alterar e extinguir cargos públicos, fixando-lhes os vencimentos, além de outras matérias. Nesse momento os discursos dos parlamentares, apresentavam temas cujos objetivos e sentidos não se relacionavam com os itens já mencionados no artigo 10 e conseqüentemente com o real papel da Câmara Municipal.

²¹ Discurso do vereador Samuel Fernandes constante em ata de 24 de agosto de 1972 da Câmara Municipal de Natal.

A atuação da Câmara Municipal de Natal durante esse período não se efetivou, tão somente, com base na Constituição vigente. Os atos institucionais sobrepujavam as disposições da Carta Magna, de forma que as ações do governo não precisavam se submeter à apreciação jurídica.²² Assim, os vereadores "fidedignamente" atendiam às imposições dos Atos.

Com a edição do AI-2, no governo Castelo Branco, extinguiram-se os partidos políticos e estabeleceram-se eleições indiretas para presidente, vice-presidente e governadores de Estado. Essa medida, complementada pelo Ato Suplementar nº 4 de novembro de 1965, propiciou a formação do bipartidarismo no Brasil.

O objetivo era reiniciar a atividade política abertamente, porém em termos mais responsáveis. Achavam muitos militares que a crise política brasileira podia ser atribuída ao seu sistema multipartidário.²³

A "oposição consentida", o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi formado pelo agrupamento de políticos que haviam sobrevivido aos expurgos e cassações e que faziam parte, em sua maioria, do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro e do PSD - Partido Social Democrático, ao passo que os políticos da União Democrática Nacional - UDN e também do Partido Social Democrático - PSD constituíram o partido do governo, ou seja, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

No Rio Grande do Norte não foi diferente. A relação entre partidários situacionistas e opositores na década de 1970 ocorria como se nunca tivesse havido divergências políticas no Estado. De forma que ambos polos antagônicos não demonstravam divergências em relação ao governo militar. Considerando o aspecto de estar se vivendo sob o regime de arbítrio, que usava Atos Institucionais como mecanismos repressivos entre os quais o AI-5 (que permitia a cassação de mandatos parlamentares) e o AI-2 (que limitava a existência de dois partidos políticos), as portas para a oposição tornaram-se muito estreitas, não se permitindo, dessa forma que na Câmara Municipal de Natal existissem vereadores que contrariassem as decisões do regime, mesmo que discretamente em função do período ditatorial.

²² CRUZ, Scastião C. Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam. Op.cit. p.18.

²³ SKIDMORE, Thomas. Brasil de Castelo a Tancredo. p. 105.

Comprovando a situação de obstáculos antes mencionada, a ata da sessão realizada no dia 02 de abril de 1970 mostra os vereadores ansiosos com a chegada do Presidente Médici e do Ministro Andreaza. A grande preocupação dos vereadores na sessão era preparar a recepção dos ilustres visitantes. Nessa sessão não existe uma só voz que critique o governo, inclusive todos os parlamentares na oportunidade saúdam a indicação do Sr. Cortez Pereira para o governo do Estado, feita pelo presidente Médici. Na oportunidade, um dos vereadores - Raimundo Torquato - coloca sua Kombi à disposição dos colegas para ir ao aeroporto buscar o novo governador.

Uma outra sessão, realizada no dia 12 de junho de 1970, reforça a inexistência de uma oposição real. Por proposta do vereador Gilberto Rodrigues - MDB - em Projeto de Lei, foi concedido, por unanimidade, nesta data, o título de cidadão natalense ao governador de São Paulo, Abreu Sodré. Na ocasião diz o governador paulista:

(...) Frizo com satisfação e alegria o destaque de receber esse título da cidade de Natal, destacando sua autoria e iniciativa de um representante do MDB, agremiação opositora ao partido a que sou filiado, a ARENA. Esse gesto denota muito bem o espírito patriótico e democrático do nosso povo e de seus representantes, fato que jamais ocorreu antes de 1964 (...) ²⁴

Por estar composta pela maioria dos parlamentares da situação durante a legislatura de 1970, a Câmara Municipal de Natal raramente deixava de aprovar as propostas de interesse da Prefeitura de Natal. Os chefes do executivo municipal geralmente apresentavam para a população obras assistenciais do tipo limpeza de lixões, recuperação de estradas, iluminação pública, etc. E através de parceria com o Governo Federal, algumas ações de cunho social, como as campanhas de vacinações e as destinadas ao combate à seca do sertão nordestino. Entre esses e outros projetos apreciados pela Câmara Municipal de Natal durante a sétima legislatura em 1970, estavam presentes para provável aprovação os vereadores José Pinto Freire, Leonel Monteiro, Luiz Sérgio de Oliveira, Antônio Félix, Vicente Cabral, José Godeiro, Geraldo Arcajo, Carlos Alberto, Wallace Costa, Luís Gomes, Luiz Xavier, Raimundo Torquato, Eugênio Neto, Francisco Galvão, Cícero Azevedo e Oziel Borges, todos integrantes da ARENA. E pelo Partido do Movimento Democrático, José Martins, Lourival Bezerra, Orlando Garcia, Luiz Quirino e Gilberto Rodrigues.

²⁴ Discurso do governador Abreu Sodré constante em ata de 02.04.1970, da Câmara Municipal de Natal.

3.4 - "Brasil Grande". Grande, Brasil !

A utilização da conquista do campeonato mundial de futebol como um símbolo de heroísmo parece bem evidente em expediente lido pelo segundo secretário Oziel Borges, durante a sessão solene de primeiro de julho de 1970. Os debates políticos foram esquecidos, a câmara passou a elogiar a seleção, conforme o observado em ata, em que foram elaborados pelo vereador Luís Sérgio vinte e nove Projetos de Lei, todos eles concedendo por unanimidade o título de cidadão honorário a todos os jogadores e membros da comissão técnica da Seleção Brasileira de Futebol. O trecho da homenagem é bastante para comentar essa situação:

(...) Na sessão de hoje (...) se homenageia a todos os elementos que participaram gloriosamente da seleção brasileira de futebol, conquistando definitivamente para o Brasil a famosa taça Jules Rimet, após uma luta de 40 anos (...) Eles foram heróis e transferiram, com a sua grande conquista para o povo brasileiro, a sensação gostosa de que também somos heróis. (...) Hoje no Brasil a presença da taça de ouro é a autêntica imagem de uma vitória coletiva. Vitória do Brasil, vitória de Natal, que sofreu com a seleção, que viveu com a seleção, que amou a todos. (...) ²⁵

3.5 - O "despertar" da oposição

No ano de 1972 as especulações em torno da sucessão presidencial reativaram as atividades políticas dos castelistas. Os esforços destes para um retorno ao poder configurava a pretensão de liberalização do regime autoritário. Tanto os Generais Ernesto Geisel como Golbery do Couto e Silva representavam o retorno aos ideais sorbonistas e isso incomodava à linha-dura que temia a diminuição do fervor revolucionário. ²⁶

As eleições de 1974 realizadas para a renovação dos membros da Câmara de Deputados, das Assembléias Legislativas e de um terço do Senado Federal surpreenderam aos políticos e estrategistas do governo que de certo contavam com a vitória da ARENA. Vitória que só não ocorreu em razão do bem sucedido programa do

²⁵ Discurso do vereador Antônio Félix constante em ata de 01.07.1970, da Câmara Municipal de Natal.

²⁶ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Op.cit. p. 28-30.

MDB. Este programa sensibilizou vários setores do eleitorado através dos seguintes aspectos: nacionalismo econômico, que atraiu parte da classe empresarial; a concentração de privilégios e a falta de liberdade que incitou a classe média; o compromisso da redistribuição de renda, que levou às urnas a massa proletariada.²⁷

Em 1974, o panorama político estadual refletia o nacional. O partido da ARENA gozando do favoritismo eleitoral e o MDB atuando apenas como mero participante da campanha, ficando o pleito direcionado à disputa senatorial. Por um lado a ARENA lançou o deputado federal Djalma Marinho como candidato ao mandato de senador; por outro, o MDB, atendendo às pretensões do diretório nacional do partido, optou pela candidatura do ex-deputado federal Agenor Maria, que se apresentava com uma tímida experiência política em relação ao seu adversário, homem já designado deputado estadual, federal e candidato a governador em 1960 pela União Democrática Nacional. No entanto, o apoio da família Alves ao candidato emedebista foi fundamental para que os resultados gerais obtidos no pleito lograssem êxito em favor de seu partido, tendo em vista a inexpressividade política de Agenor Maria.

Os vereadores de oposição descreveram a candidatura de Agenor Maria ao senado, como uma alternativa para não existir apenas o candidato do governo. Não se encontra nenhuma demonstração de que posições Agenor Maria defende, que tipos de posturas políticas são apresentadas. Os depoimentos abaixo refletem o sentimento da oposição em relação à candidatura:

Diz a ata da Câmara que o vereador José Barbosa da Silva

*Ocupa a tribuna para se congratular com o diretório do MDB, pela escolha feita na pessoa do senhor Agenor Maria para senador. Acredita que se eleito, o senhor Agenor Maria, representará muito bem o povo norte-rio-grandense. Dessa maneira foi dirimida a possibilidade de ser apresentado candidato único da ARENA.*²⁸

Também o vereador Carlos Alberto de Souza

*Reportando-se à escolha feita pelo diretório do MDB, na pessoa do senhor Agenor Maria diz tratar-se de uma pessoa digna para ocupar o Senado Federal. Sabe que é difícil. Exa. chegar a assumir o cargo uma vez que foi colocado na chapa do doutor Djalma Marinho, candidato a senador, pela ARENA, o suplente senhor José Nilson de Sá, um dos homens mais ricos do país.*²⁹

²⁷ LOPES, Luiz Roberto. História do Brasil contemporâneo. p. 119

²⁸ Ata da sessão de 26 de agosto de 1974, da Câmara Municipal de Natal

²⁹ Ata da sessão de 26 de agosto de 1974, da Câmara Municipal de Natal

Agenor Maria ganhou a campanha com uma diferença surpreendente sobre o candidato situacionista Djalma Marinho, demonstrando o prestígio político da oligarquia Alves no estado e reafirmando ainda a capital norte-rio-grandense como seu principal reduto eleitoral.

Em dados quantitativos podemos, pelo quadro abaixo, dimensionar o confronto político entre MDB e ARENA nas eleições de 1974, saindo destas a contribuição para a implementação do projeto distensionista.³⁰

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 1974

	ARENA	MDB	Resultados
Senado Federal	192.000	212.000	Cerca de 20.000 votos pró Agenor Maria
Câmara Federal	234.097	139.102	Cerca de 10.000 votos pró ARENA
Assembléia Legislativa	238.084	137.535	Cerca de 10.000 votos pró ARENA

FONTE: TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Op.cit. p.31-32.

Foram eleitos pelo Movimento Democrático Nacional, Agenor Maria para Senador, Henrique Eduardo Alves, Pedro Lucena e Francisco Rocha para Deputados Federais, e nove Deputados Estaduais para ocupar a bancada da Assembléia Legislativa.

A vitória do candidato Agenor Maria ao Senado, representou um grande avanço para a oposição no Rio Grande do Norte. A força do voto urbano apareceu com bastante nitidez, expressando como em todo o país, o voto de protesto ao regime de arbítrio praticado pelos militares, que, sentindo a crise do "Milagre Econômico", já apresentavam os primeiros sinais de enfraquecimento.

³⁰ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Op.cit. p. 33-



4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira sintética, podemos dizer que o sistema político brasileiro sofreu profundas modificações a partir do poder instaurado no Brasil através do golpe militar de 1964. O regime de exceção criado a partir do golpe foi precedido de articulações conspiratórias contra o governo do presidente João Goulart, conspirações essas ocorridas com a participação da facção dos sorbonistas, dotados das instruções da Escola Superior de Guerra - ESG, das classes dominantes do País e do governo dos Estados Unidos. Às Forças Armadas coube a intervenção executiva do golpe.

Instaurado o golpe, a interferência junto aos órgãos públicos no vários Estados brasileiros fez parte do conjunto de medidas adotadas pelo governo militar que esforçou-se pelo enquadramento das ações municipais dentro dos objetivos nacionais. Sendo alvo desse projeto nacional, a Câmara Municipal de Natal, por constituir-se de uma bancada parlamentar situacionista, que apoiou ao movimento revolucionário de 1964, manteve uma estreita relação com os governos militares de 1969 a 1974, possibilitando dessa maneira a aplicação das diretrizes político-militares em favor dessas elites dominantes do Brasil.

O poder de influência das lideranças políticas do Rio Grande do Norte (Aluizio Alves, Dinarte Mariz, etc.) junto à Câmara de vereadores do município de Natal contribuiu para o bom andamento das atividades militares nos diversos setores sociais da capital. A inexistência de qualquer manifestação contrária a deflagração do golpe, por parte das entidades estudantis, religiosas, organizações de bairros e outros segmentos da sociedade, demonstra a atuação pacífica da população ao movimento, o que pode ser atribuído ao posicionamento dos parlamentares junto ao seu eleitorado.

Foram atingidas diretamente pelo regime de arbítrio em Natal, as pessoas consideradas subversivas pelo poder militar. Vários professores, advogados, políticos, pessoas comuns foram perseguidas e presas por representarem ameaça à ordem estabelecida. Não foi o caso dos "representantes do povo" na Câmara Municipal de Natal; fato que refletiu bem o comprometimento desses políticos natalenses com o poder militar.

Todo papel político desempenhado por vereadores da Câmara Municipal de Natal durante o auge da ditadura, restringiu-se ao cumprimento das imposições.

estabelecidas por Atos Institucionais; de maneira que inibiu-se a possibilidade da livre iniciativa às ações democráticas.

A partir da abertura política em 1974, percebeu-se o crescimento dos movimentos de oposição ao regime. O voto de protesto da população urbana, ao eleger o senador Agenor Maria, demonstrou a desarticulação das diversas correntes político-militares no Brasil, principalmente a dos integrantes da facção "linha dura", que ao atravessar um momento de inexpressividade política, devido ao desgaste pelo regime de exceção, abriram espaços para o retorno da composição sorbonista. Até o período explorado pelo presente trabalho, a relação da Câmara Municipal de Natal com o governo militar, além de fazer parte das ações político-ideológicas do Poder Central, também possibilitava a permanência das lideranças da política local no circuito do poder, demonstrando, sobretudo, a importância daquela casa legislativa.

Pelo que foi exposto ao longo desse trabalho, esperamos ter contribuído com a exposição de fatos e elementos que despertem e promovam a diversificação de novas produções do conhecimento.

5 - BIBLIOGRAFIA

5.1 - Fontes

ATA da sessão solene de instalação de 02/04/1970. Câmara Municipal de Natal

ATA da 2ª sessão de 06/04/1970. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão especial de 12/06/1970. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 1ª sessão de 01/07/1970. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 4ª sessão de 07/07/1970. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 13ª sessão de 22/07/1970. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 27ª sessão de 18/08/1970. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão solene de 03/10/1970. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 1ª sessão de 19/11/1970. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 1ª sessão de 31/03/1971. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 77ª sessão de 24/08/1971. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão solene de 25/08/1971. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 78ª sessão de 26/08/1971. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 83ª sessão de 06/09/1971. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão extraordinária de 01/02/1972. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão solene de 25/04/1972. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão solene de 23/08/1972. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão solene de 24/08/1972. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 60ª sessão de 30/08/1972. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão extraordinária de 08/01/1972. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão especial de 23/01/1973. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão solene de 31/03/1973. Câmara Municipal de Natal.

ATA da sessão solene de 23/08/1973. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 126ª sessão de 01/03/1974. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 127ª sessão de 04/03/1974. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 128ª sessão de 05/03/1974. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 152ª sessão de 24/04/1974. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 153ª sessão de 25/04/1974. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 183ª sessão de 25/06/1974. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 184ª sessão de 26/06/1974. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 198ª sessão de 26/08/1974. Câmara Municipal de Natal.

ATA da 251ª sessão de 05/12/1974. Câmara Municipal de Natal.

Projeto de Lei 59/70 de 24/06/1970. Câmara Municipal de Natal.

Projeto de Lei 62/70 de 26/06/1970. Câmara Municipal de Natal.

O Poti - 23 fev 1969.

O Poti - 30 mar 1969.

O Poti - 06 abr 1969.

5.2 - Bibliografia

1. ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. *Políticas e poder: o discurso da participação*. São Paulo: AD HOMINEM; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1996.
2. COSTA, Jalles; CASTRO, Adilson Gurgel de; GOMES, Carlos Roberto de Miranda (Org.). *Lei Orgânica dos municípios do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Gurgel, Gomes & Costa, 1982.
3. CRUZ, Sebastião C. Velasco e; *Sociedade e política no Brasil pós-64: de Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura"*. São Paulo: brasiliense, 1983.
4. DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis/RJ: Vozes, 5.ed. 1987.

Dois autores

5. GALVÃO, Mailde Pinto. *1964. Aconteceu em abril*. Natal: Clima, 1994.
6. JOFFILY, Bernardo (Elab.). *ISTO É, Brasil 500 anos. Atlas Histórico*, São Paulo: Três, 1998.
7. LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
8. MACHADO, João Batista. *Como se fazia governador durante o regime militar*. Natal: RN Econômico, 1995.
9. MELLO, Diogo Lordelo de. *O Papel do vereador e a Câmara Municipal*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1981.
10. ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. *Educação para os pobres: uma prioridade da ditadura militar em crise?*. Tese (Mestrado). Natal: 1993.
11. SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
12. TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.
13. VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1987.